

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7	2.1. Legalidade	55
CAPÍTULO 1		2.2. Impessoalidade	58
NOÇÕES PRELIMINARES	29	2.2.1. Súmula Vinculante nº 13	59
1. Relevância do estudo do Direito Administrativo	29	2.2.2. Aplicações da Súmula Vinculante nº 13	61
2. Ramo do direito público (taxinomia do Direito Administrativo)	30	2.3. Moralidade	63
3. Conceito de Direito Administrativo	30	2.4. Publicidade	67
4. Fontes do direito administrativo	34	2.5. Eficiência	69
5. Sistemas administrativos	36	3. Princípios implícitos	72
5.1. Coisa julgada administrativa	38	3.1. Razoabilidade e proporcionalidade	72
6. Legislação sobre Direito Administrativo ..	38	3.2. Motivação	74
7. Estado, Governo e administração pública	39	3.3. Supremacia do interesse público sobre o interesse particular	77
7.1. Formas de Estado	40	3.3.1. Indisponibilidade do interesse público	78
7.2. Poderes do Estado	42	3.4. Contraditório e ampla defesa	78
7.3. Governo	43	3.5. Segurança jurídica (proteção à confiança)	80
7.4. Formas de governo	43	3.6. Autotutela (sindicabilidade)	83
7.5. Administração Pública	44	3.7. Tutela ou controle administrativo ..	84
8. Administração Pública no sentido subjetivo/orgânico/formal	44	3.8. Hierarquia	85
9. Administração Pública no sentido material/objetivo/funcional	45	3.9. Continuidade dos serviços públicos	85
10. Função administrativa e função política ..	47	3.9.1. Exceção ao contrato não cumprido em contratos administrativos	86
ESTUDO AVANÇADO			
1. Atividades Administrativas	48	4. Outros princípios	86
2. Leis de efeito concreto e função administrativa	48	4.1. Princípio da obrigatoriedade	86
3. Administração Pública Extroversa e Introversa	48	4.2. Princípio da responsabilidade civil do Estado	86
4. Constitucionalização do Direito Administrativo (reflexões e consequências)	49	4.3. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos	87
5. Costume e Praxe Administrativa	51	4.4. Princípio da precaução	87
REVISÃO			
CAPÍTULO 2		4.5. Princípio da subsidiariedade	87
PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS	53	4.6. Princípio da responsabilidade e responsividade	87
1. Introdução	53	4.7. Princípio da sancionabilidade	88
2. Princípios expressos	55		

ESTUDO AVANÇADO

1. Princípios fundamentais do regime jurídico administrativo.....	88
2. Considerações sobre a evolução do princípio da legalidade	89
3. Princípio da impessoalidade X finalidade	90
4. Princípio da Publicidade.....	91
5. Razoabilidade e proporcionalidade são sinônimos?	91
6. Princípio da Motivação.....	92
6.1. Obrigatoriedade de motivação: doutrina.....	93
7. Indisponibilidade do interesse público e arbitragem.....	95
8. Princípio da subsidiariedade	96
9. Comentários à Lei de acesso à informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.....	97
9.1. Âmbito de aplicação	97
9.2. Noções gerais	98
9.3. Direito constitucional à informação.....	99
9.4. Direito à memória e à verdade.....	99
9.5. Diretrizes do acesso à informação..	100
9.6. Conceitos previstos na lei.....	102
9.7. Do acesso a informações e da divulgação – art. 6º.....	103
9.8. Procedimento de acesso à informação.....	104
9.9. Restrições ao acesso à informação.	105
9.10. Dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação.....	106
9.11. Responsabilidades	107
9.12. Meios judiciais de garantir o acesso à informação.....	108
9.13. Dos recursos – art. 15	109
10. <i>Venire contra factum proprium</i> na administração pública	110
11. Comentários à Lei anticorrupção – Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.....	112
11.1. Âmbito de aplicação.....	112
11.2. Sujeitos atingidos.....	112
11.3. Responsabilização objetiva	113

11.4. Condutas típicas.....	114
11.4.1. Bem jurídico protegido.....	114
11.4.2. Sujeitos passivos.....	114
11.4.3. Tipicidade objetiva	114
11.4.4. Tipicidade subjetiva.....	115
11.5. Penalidades.....	115
11.5.1. Sanções administrativas	115
11.5.2. Sanções judiciais.....	115
12. Procedimento de responsabilização.....	116
12.1. Administrativo.....	116
12.2. Judicial	116
13. Programa de compliance.....	117
14. Acordo de leniência.....	118
14.1. Noções iniciais.....	118

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**REVISÃO****CAPÍTULO 3**

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	125
1. Introdução.....	126
2. Formas de prestação da atividade administrativa (Concentração e desconcentração; centralização e descentralização)	126
2.1. Administração Direta e Indireta	130
3. Extensão da administração direta	130
4. Personalidade jurídica de direito público e de direito privado.....	131
5. Entidades paraestatais	132
6. Estudo dos órgãos	133
6.1. Características dos órgãos	133
6.1.1. Personalidade jurídica	133
6.1.2. Patrimônio próprio	133
6.1.3. Capacidade processual	133
6.2. Teorias do órgão	134
6.3. Criação e extinção de órgãos.....	135
6.4. Classificação	136
7. Estudo da administração descentralizada	140
7.1. Formas de descentralização administrativa.....	141
7.2. Criação das entidades da Administração Indireta	144
7.3. Criação de subsidiárias	146

7.4. Administração Indireta no Poder Judiciário e Legislativo	147	9.3.2. Controle das fundações governamentais pelo Ministério Público.....	205
7.5. Relação da Administração Direta e Indireta	147	9.3.3. Responsabilidade civil	205
7.6. Entidades da Administração Indireta em espécie	149	9.4. Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública	205
7.6.1. Autarquias	149	9.4.1. Lei autoriza a criação (art. 37, XIX, da CF).....	205
7.6.1.1. Características	151	9.4.2. Regime de pessoal.....	206
7.6.2. Agências executivas.....	162	9.4.3. Regime tributário	206
7.6.3. Agências reguladoras.....	164	9.4.4. Regime de bens	206
7.6.4. Consórcios públicos.....	167	9.4.5. Falência.....	207
7.6.5. Fundações	169	9.4.6. Forma de organização	208
7.6.5.1. Características	173	9.4.7. Composição do capital	208
7.6.6. Sociedade de economia mista e empresa pública	175	9.4.8. Foro processual	208
7.6.6.1. Traços comuns.....	179	10. Lei 13.303/2016 – Lei de Responsabilidade das Estatais.....	208
7.6.6.2. Traços distintivos.....	192	10.1. Introdução.....	208
7.6.7. Empresas controladas pelo Poder Público	195	10.1.1. Âmbito de aplicação	210
ESTUDO AVANÇADO			
1. Extensão da Administração Indireta – (Criação de entidades da Administração Indireta por órgãos do Poder Judiciário e Legislativo)	195	10.1.2. Conceito de EP e SEM.....	212
1.1. Iniciativa das leis sobre criação de órgãos e entidades do Poder Executivo.....	196	10.1.3. Requisitos de Transparência..	214
2. O caso do parecer AC-051,	196	10.1.4. Regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno	215
3. Teoria da Encampação	199	10.1.5. Solução de conflitos pela arbitragem	216
4. Princípio da especialidade na Administração Indireta	200	10.1.6. Regras de funcionamento.....	216
5. Capacidade processual de órgãos	200	10.1.7. Conselho de administração – CONSAD.....	217
6. Classificação dos órgãos.....	200	10.1.7.1. Competências do CONSAD.....	219
7. Formas de Descentralização.....	201	10.1.7.2. Do conselheiro independente	220
8. Criação de subsidiárias.....	201	10.1.8. Comitê de Auditoria Estatutário	221
9. Entidades da Administração Indireta em espécie	202	10.1.9. Da Diretoria	222
9.1. Agências reguladoras.....	202	10.1.10. Do Conselho Fiscal – CONFINS	223
9.1.1. Foro dos litígios	203	10.2. Licitações.....	224
9.2. Agências executivas.....	203	10.2.1. Art. 28 Fixa regra nas licitações	224
9.3. Fundações – divergência acerca da natureza jurídica.....	203	10.2.2. Procedimento de manifestação de interesse privado	229
9.3.1. Controle do Ministério Público.....	204	10.2.3. Diretrizes a serem observadas nas licitações.....	229
		10.2.4. Sigilo no valor estimado	230
		10.2.5. Sanções.....	231

10.2.6. Regras de impedimento de participação.....	232	1. Introdução.....	259
10.2.7. Vedação de participação de parentes e empregados.....	232	2. Entidades paraestatais	263
10.2.8. Pré-qualificação – art. 39.....	233	2.1. Serviços sociais autônomos – Entidades do sistema “S”	265
10.2.9. Das normas específicas para obras e serviços	233	2.2. Organizações Sociais (OSs)	266
10.2.9.1. Conceitos.....	233	2.2.1. Procedimento licitatório.....	267
10.2.10. Vedações	234	2.2.2. Lei nº 9.637/98	268
10.2.11. Remuneração variável	235	e ADI nº 1.923	268
10.2.12. Das normas específicas para aquisição de bens	235	2.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	269
10.2.13. Das normas específicas para alienação de bens	236	2.3.1. Procedimento licitatório.....	270
10.2.14. Do procedimento de licitação	236	2.4. Fundações ou entidades de apoio..	271
10.2.14.1. Fases.....	236	2.5. Organizações da Sociedade Civil – OSC.....	272
10.2.14.2. Modos de disputa	240	2.5.1. Termo de colaboração e fomento como espécie de convênios	274
10.2.14.3. Critérios de julgamento – tipos de licitação – art. 54	241	2.5.2. Do chamamento público	274
10.2.14.4. Desempate	242	2.5.3. OSCs impedidas de firmar parcerias.....	275
10.2.15. Dos procedimentos auxiliares das licitações.....	243	2.5.4. Das sanções administrativas à entidade – art. 73	276
10.3. Dos contratos	245	2.5.5. Casos de não aplicação da Lei n. 13.019/14	277
10.3.1. Da formalização dos contratos.....	245	2.5.6. Atuação de entidades em rede – Art. 35-A	278
10.3.2. Garantias	246	2.5.7. Dos atos de Improbidade Administrativa.....	278
10.3.3. Duração dos contratos.....	246		
10.3.4. Alteração dos contratos.....	246		
10.3.5. Convocação e assinatura do contrato	247		
10.3.6. Responsabilidades do contratado	247		
10.3.7. Subcontratação.....	248		
10.3.8. Da alteração dos contratos....	248		
10.4. Da fiscalização pelo Estado e pela sociedade	249		
10.5. Disposições finais e transitórias	251		

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

CAPÍTULO 4

REFORMA DO ESTADO E TERCEIRO SETOR..... 259

ESTUDO AVANÇADO

1. Conceito de paraestatais	279
-----------------------------------	-----

REVISÃO

CAPÍTULO 5

ATOS ADMINISTRATIVOS..... 283

1. Conceito	283
2. Ato administrativo como espécie de ato jurídico	286
3. Fato administrativo e fato da administração.....	288
4. O silêncio administrativo.....	288
5. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos	291
5.1. Competência ou sujeito.....	291
5.1.1. Características	292

5.1.2. Delegação e avocação	293	9.5. Atos punitivos.....	335
5.1.3. Vícios na competência.....	296	10. Extinção dos atos administrativos.....	335
5.2. Finalidade	298	10.1. Extinção natural	335
5.3. Forma	300	10.2. Caducidade	335
5.3.1. Formalização ou formalidade	300	10.3. Cassação.....	335
5.4. Motivo	302	10.4. Contraposição ou derrubada	336
5.5. Objeto.....	304	10.5. Revogação	336
6. Discricionariedade e vinculação.....	307	10.5.1. Repristinação.....	337
6.1. Discricionariedade e mérito administrativo.....	309	10.5.2. Natureza do ato revogador....	337
6.2. Surgimento da discricionariedade..	309	10.5.3. Atos que não admitem revogação	337
7. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo	310	10.6. Anulação/invalidação.....	339
7.1. Presunção de legitimidade e veracidade.....	310	10.6.1. Efeitos da anulação.....	341
7.2. Imperatividade	311	10.6.2. Prazo para anulação	341
7.3. Autoexecutoriedade.....	312	11. Quadro sinótico das diferenças entre revogação e anulação	342
7.3.1. Exigibilidade e executoriedade.....	314	12. Atos irregulares	342
7.4. Tipicidade	315	13. Convalidação	343
8. Classificação dos atos administrativos	315	13.1. Efeitos da convalidação.....	345
8.1. Quanto aos destinatários	315	13.2. Formas de convalidação.....	345
8.2. Quanto ao alcance.....	316	13.3. Quem pode fazer a convalidação...	345
8.3. Quanto ao objeto	316	14. Conversão.....	346
8.4. Quanto ao regramento ou vinculação ou grau de liberdade.....	317		
8.5. Quanto à formação/número de vontades.....	318		
8.6. Quanto à eficácia.....	321		
8.7. Quanto à elaboração ou exequibilidade.....	322		
8.7.1. Perfeição, validade e eficácia (exequibilidade).....	323		
8.8. Quanto aos efeitos	325		
8.9. Quanto ao resultado sobre a esfera jurídica dos administrados (atos ampliativos e restritivos de direitos)	326		
8.10. Quanto à natureza das situações jurídicas que criam (atos-regra, atos subjetivos, atos-condição).....	326		
9. ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	327		
9.1. Atos normativos	327		
9.2. Atos ordinatórios.....	327		
9.3. Atos negociais.....	328		
9.4. Atos enunciativos	334		

ESTUDO AVANÇADO

1. Atos administrativos e atos da Administração	347
2. Controle dos atos de governo	347
3. Silêncio administrativo – atos vinculados e discricionários	348
3.1. Omissões da Administração X reserva do possível e mínimo existencial	348
4. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos	351
5. Obrigatoriedade de motivação.....	352
6. Motivo e Móvel.....	352
6.1. Motivo e causa	353
7. Vinculação e Discricionariedade	353
7.1. Surgimento da discricionariedade..	354
7.2. Discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados	355
8. Atributos do ato administrativo	357
8.1. Presunção de legitimidade	357
8.1.1. Presunção de legitimidade e prova de fato negativo (mitigação).....	357

8.1.1.1. Presunção de veracidade	357	2. Poderes administrativos.....	384
8.2. Imperatividade	358	2.1. Poder hierárquico	384
8.3. Autoexecutoriedade.....	358	2.2. Poder disciplinar.....	386
8.4. Tipicidade	358	2.2.1. Características	387
9. Classificação dos atos.....	358	2.2.2. Prazos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.112/90	389
9.1. Atos de império e gestão.....	358	2.2.3. Prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar	390
9.2. Quanto à formação.....	359	2.2.4. Cumulação de sanções (administrativa/penal)	390
9.3. Perfeição, validade e eficácia.....	359	2.2.5. Presença de defesa técnica por advogado no PAD.....	391
9.3.1. Plano da eficácia.....	360	2.2.6. Prova emprestada do processo penal	392
9.3.2. Atos de efeitos reflexos e prodrômicos (Celso Antônio Bandeira de Mello).....	361	2.2.7. Desconto na folha do servidor	393
9.3.3. Vigência e eficácia	362	2.3. Poder normativo (Poder Regulamentar).....	394
9.4. Outras classificações.....	363	2.3.1. Decreto (exercício do poder regulamentar).....	397
10. Espécies de atos administrativos.....	363	2.3.2. Controle judicial	399
10.1. Permissão.....	363	2.3.3. Deslegalização	400
11. Panorama sobre a responsabilização do advogado parecerista	364	2.4. Poder discricionário e poder vinculado.....	401
12. Extinção dos atos administrativos	370	2.4.1. Surgimento da discricionariedade.....	401
12.1. Anulação e invalidação.....	370	2.5. Poder de polícia.....	401
12.2. Celso Antônio (2004, p. 410) apresenta as seguintes formas de extinção	370	2.5.1. Abrangência do poder de polícia	402
12.3. Revogação e repristinação	371	2.5.2. Crítica doutrinária à expressão poder de polícia	403
12.4. Prazo quinquenal para anulação	372	2.5.3. Fundamento	403
12.5. Efeitos da anulação	372	2.5.4. Decorrência do poder extroverso do Estado	403
12.6. Contagem do prazo de 5 anos para anulação	372	2.5.5. Atributos ou prerrogativas ou características do poder de polícia	404
12.7. Atos nulos e anuláveis.....	372	2.5.6. Caráter negativo do poder de polícia	406
12.8. Atos nulos e inexistentes.....	373	2.5.7. Meios de expressão.....	407
13. Correção de vícios	374	2.5.8. Espécie tributária	407
13.1. Vícios que podem ser corrigidos....	374	2.5.9. Poder de polícia em sentido amplo	409
13.2. Convalidação (ato vinculado ou discricionário?).....	374	2.5.10. Poder de polícia em sentido estrito	409
13.3. Agentes necessários e putativos	374		

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

CAPÍTULO 6

PODERES ADMINISTRATIVOS.....	381
1. Introdução.....	381
1.1. Deveres do administrador	382
1.2. Abuso de poder	382

2.5.11. Competência para exercer o poder de polícia.....	409	3.2. A função de Prático da Marinha Mercante	437
2.5.12. Delegação do poder de polícia aos particulares.....	410	4. Regime estatutário e trabalhista (ou celetista)	438
2.5.13. Poder de polícia originário e derivado	414	4.1. Conselhos Profissionais	439
2.5.14. Sanções de polícia	414	5. Classificação dos cargos	439
2.5.15. Polícia administrativa e polícia judiciária.....	414	5.1. Vitalícios	439
2.5.15.1. Polícia administrativa	416	5.2. Efetivos	439
2.5.15.2. Polícia judiciária	416	5.3. Comissão	440
2.5.15.2.1. Polícia de manutenção da ordem pública.....	417	5.3.1. Diferenças entre cargos em comissão (CC) e funções de confiança (FC).....	441
2.5.15.3. Quadro resumo	418	5.3.2. Súmula Vinculante nº 13 do STF	441
2.5.16. Condições de validade.....	418	5.4. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos	442
2.5.17. Prescrição	419	5.4.1. Quadro resumo	442
ESTUDO AVANÇADO		6. Provimento.....	443
1. Poder hierárquico.....	419	7. Demissão e exoneração.....	444
2. Poder disciplinar.....	420	8. Retribuições pecuniárias	445
3. Poder regulamentar	421	8.1. Vinculação e equiparação de espécies remuneratórias.....	448
3.1. Decreto autônomo	421	9. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos.....	449
4. Poder de Polícia.....	422	9.1. Acessibilidade aos cargos públicos.	449
4.1. Atributos/características do poder de polícia	422	9.1.1. Vagas para negros – Lei nº 12.990/2014	453
4.2. Poder de polícia e serviços públicos	423	9.2. Concurso público.....	454
4.3. Delegação do poder de polícia aos particulares.....	424	9.2.1. Abertura de concurso quando há candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado	458
4.4. Princípio da exigência de voluntariedade para incursão de infração..	425	9.2.2. Exceções ao concurso público.....	459
4.5. Polícia Administrativa e Polícia Judiciária	425	9.2.2.1. Terceirização na Administração Pública.....	459
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA		9.3. Direito de greve e livre associação sindical (art. 37, VI e VII)	461
REVISÃO		9.4. Teto remuneratório	462
CAPÍTULO 7		9.5. Acumulação de cargos.....	464
AGENTES PÚBLICOS.....		9.6. Regime jurídico do servidor.....	467
1. Introdução.....	432	9.7. Direitos sociais extensíveis aos servidores públicos.....	468
2. Classificação	432	9.8. Estabilidade	468
3. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo.....	434	9.8.1. Requisitos para conquistar a estabilidade	468
3.1. A função de notário.....	436		

9.8.2. Estabilização extraordinária...	469	ou atividades penosas – art. 68.....	515
9.8.3. Hipóteses de perda do cargo pelo servidor estável	470	10.6.2.4. Do adicional por serviço extraordinário – art. 73 ...	516
9.9. Estágio probatório	471	10.6.2.5. Do adicional noturno – art. 75.....	517
9.9.1. Prazo do estágio probatório ..	473	10.6.2.6. Do adicional de férias – art. 76.....	518
9.9.2. Quadro explicativo sobre as “fases” dos entendimentos sobre a duração do estágio probatório	474	10.6.2.7. Gratificação por encargo de curso ou concurso – art. 76-A	518
9.10. Aposentadoria e pensão	474	10.6.2.8. Férias – art. 77.....	519
10. Disposições da Lei nº 8.112/90	499	10.6.3. Das licenças – art. 81.....	521
10.1. Âmbito de aplicação.....	499	10.6.3.1. Licença por motivo de doença em pessoa da família – art. 83	522
10.2. Provimento – art. 8º.....	499	10.6.3.2. Licença por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro – art. 84	523
10.2.1. Formas de provimento	500	10.6.3.3. Licença para o serviço militar – art. 85.....	524
10.2.1.1. Nomeação	500	10.6.3.4. Licença para atividade política – art. 86	524
10.2.1.2. Promoção	503	10.6.3.5. Licença para capacitação – art. 87	525
10.2.1.3. Readaptação – art. 24	503	10.6.3.6. Licença para tratar de interesses particulares – art. 91.....	526
10.2.1.4. Reversão – art. 25	504	10.6.3.7. Licença para o desempenho de mandato classista – art. 92	527
10.2.1.5. Reintegração – art. 28	505	10.7. Afastamentos	528
10.2.1.6. Recondição – art. 29	506	10.7.1. Afastamento para servir a outro órgão ou entidade – art. 93	528
10.2.1.7. Aproveitamento – art. 30	507	10.7.2. Afastamento para exercício de mandato eletivo – art. 94 ..	529
10.3. Da vacância – art. 33.....	507	10.7.3. Afastamento para estudo ou missão no exterior – art. 95... ..	530
10.4. Remoção e redistribuição – arts. 36	508	10.7.4. Afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país – art. 96-A.....	531
e 37.....	508	10.8. Das concessões – art. 97.....	531
10.5. Substituição – art. 38	509	10.8.1. Concessão de horário especial – art. 98.....	532
10.6. Das vantagens – art. 49	510	10.8.2. Garantia de matrícula – art. 99.....	533
(IGA)	510	10.8.3. Tempo de serviço – art. 100 ..	534
10.6.1. Espécies de indenizações	511		
10.6.1.1. Ajuda de custo – art. 53 ..	511		
10.6.1.2. Diárias – art. 58.....	511		
10.6.1.3. Indenização de transporte – art. 60.....	512		
10.6.1.4. Auxílio-moradia – art. 60-A.....	512		
10.6.1.4.1. Limites para a concessão do auxílio.....	514		
10.6.2. Das gratificações e adicionais	514		
10.6.2.1. Da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento – art. 62.....	514		
10.6.2.2. Da gratificação natalina – art. 63.....	515		
10.6.2.3. Dos adicionais de insalubridade, periculosidade			

10.9. Direito de petição	536	10.11.11. Inassiduidade habitual – art. 139.....	562
10.10. Regime disciplinar	537	10.12. Seguridade social do servidor – art. 183	563
10.10.1. Dos deveres – art. 116.....	537	e seguintes	563
10.10.2. Das proibições – art. 117.....	538	10.12.1. Auxílio-natalidade – art. 196 .	564
10.10.3. Das responsabilidades – art. 121.....	543	10.12.2. Salário-família – art. 197	564
10.10.4. Cumulação das sanções.....	544	10.12.3. Licença para tratamento de saúde – art. 202.....	565
10.10.5. Das penalidades – art. 127	546	10.12.4. Licença à gestante e à adotante e a licença-paternidade – art. 207	566
10.10.6. Advertência – art. 129	546	10.12.5. Licença por acidente em serviço – art. 211.....	568
10.10.7. Suspensão – art. 130	546	10.12.6. Pensão – art. 215.....	568
10.10.8. Cancelamento dos registros de advertência e suspensão – art. 131	547	10.12.7. Auxílio-funeral – art. 226.....	569
10.10.9. Demissão – art. 132.....	547	10.12.8. Auxílio-reclusão – art. 229.....	569
10.10.10. Cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão – art. 134	550	10.12.9. Assistência à saúde – art. 230	569
10.10.11. Efeitos secundários da sanção disciplinar.....	550		
10.10.12. Competência para aplicação das penalidades – art. 141	551	ESTUDO AVANÇADO	
10.10.13. Prescrição da ação disciplinar – art. 142	551	1. Classificação dos agentes públicos.....	570
10.10.14. Prescrição intercorrente (prescrição no curso do processo).....	553	2. Reversão voluntária – retorno em até 5 anos após aposentadoria voluntária	573
10.11. Do processo administrativo disciplinar	553	JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
10.11.1. Introdução	553	REVISÃO	
10.11.2. Instrumentos processuais de apuração.....	554	CAPÍTULO 8	
10.11.3. Consequências da sindicância	555	LICITAÇÕES NA LEI 14.133/2021.....	
10.11.4. Afastamento preventivo do servidor – art. 147	555	1. Conceito	585
10.11.5. Comissão – art. 149.....	556	2. Âmbito de aplicação	588
10.11.6. Fases do processo administrativo disciplinar.....	557	3. Não aplicação da lei nº 14.133/2021	588
10.11.7. Prazo para conclusão do PAD – art. 152	560	3.1. Licitação para empresas públicas e sociedades de economia mista	589
10.11.8. Revisão do PAD – art. 174.....	561	4. Contratações no exterior.....	590
10.11.9. Processo sumário para verificação de acumulação ilegal de cargos, empregos e funções – art. 133	561	5. Contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte	591
10.11.10. Abandono de cargo – art. 138.....	562	6. Objeto da licitação	592
		7. Microempresa e empresa de pequeno porte	593
		8. Objetivos da licitação	594
		9. Dos princípios.....	596

10. Das definições	600	29. Sistemática recursal	643
11. Plano de contratações anual	613	30. Homologação – art. 71	644
12. Do portal nacional de contratações públicas – art. 174	614	31. Das modalidades de licitação – art. 28....	645
13. Vedações nas licitações – art. 14.....	616	31.1. Concorrência e pregão – art. 29....	646
13.1. Vedações gerais.....	616	31.2. Concurso – art. 30.....	647
13.2. Empresas em consórcio – art. 15 ...	617	31.3. Leilão – art. 31	648
13.3. Participação de cooperativas – art. 16.....	618	31.4. Diálogo competitivo – art. 32.....	648
14. Fases da licitação – art. 17	619	32. Dos procedimentos auxiliares – art. 78...	650
15. Da fase preparatória – art. 18	621	32.1. Credenciamento – art. 79	651
16. Metodologia bim – art. 19,	622	32.2. Pré-qualificação – art. 80	653
§ 3º.....	622	32.3. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) – art. 81.....	654
17. Vedação para aquisição de artigos de luxo – art. 20	622	32.4. Sistema de Registro de Preços (SRP) – art. 82.....	655
18. Realização de audiência pública – art. 21.....	623	32.5. Intenção de Registro de Preços (IRP) – art. 86.....	658
19. Amostras e prova de conceito – art. 17, § 3º	623	32.6. Registro Cadastral – art. 87.....	659
20. Definição dos preços – art. 23.....	624	33. Da contratação direta – art. 72	661
21. Pesquisa de preços e contratação direta – art. 23,	625	34. Inexigibilidade – art. 74.....	662
§ 4º	625	35. Dispensa – art. 75.....	666
22. Pesquisa de preços para contratação de obras e serviços de engenharia – art. 23, § 2º	626	36. Licitação dispensada – art. 76.....	672
23. Sigilo de preços – art. 24	627		
24. Edital – art. 25	628		
24.1. Publicação do edital.....	630		
24.2. Impugnação do edital	631		
25. Apresentação de propostas e lances – arts. 54 E seguintes	631		
26. Julgamento – art. 33.....	631		
26.1. Desclassificação de propostas – art. 56.....	633		
26.2. Negociação direta com o vencedor	633		
26.3. Desempate de propostas – art. 60.	634		
26.4. Margem de preferência – art. 26 ...	635		
27. Habilitação – art. 62	637		
27.1. Habilitação – art. 66.....	639		
27.2. Habilitação técnico-profissional e técnico-operacional – art. 67.....	639		
27.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista – art. 68.....	640		
27.4. Habilitação econômico-financeira – art. 69	641		
28. Da fase recursal – art. 165.....	642		

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

CAPÍTULO 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI

14.133/21.....	677
1. Contratos administrativos – art. 89.....	677
2. Classificação do contrato administrativo.	680
3. Eficácia do contrato.....	682
3.1. Convocação para assinatura do contrato.....	683
4. Reajuste, revisão e repactuação.....	685
4.1. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato: causas justificadoras da inexecução e fatos posteriores à celebração do contrato	687
5. Características dos contratos administrativos.....	691
5.1. Finalidade pública.....	691
5.2. Natureza de contrato de adesão	692
5.3. Prazo determinado – art. 105.....	692
5.3.1. Serviços contínuos.....	692
5.3.2. Contratos decorrentes de contratação direta	693

5.3.3. Administração usuária de serviço público.....	694	17. Da nulidade dos contratos – art. 147	723
5.3.4. Contratos que geram receita para a Administração Pública	695	18. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos – art. 164.....	726
5.3.5. Contratos de escopo.....	695	18.1. Sistemática recursal	727
5.3.6. Contrato com fornecimento de bens.....	695	19. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias – art. 151.....	728
5.3.7. Contrato de operação continuada de sistemas estruturantes de TI.....	695		
5.4. Mutabilidade – art. 124.....	696	CAPÍTULO 10	
5.5. <i>Intuitu personae</i> ou personalidade ou pessoal	696	SERVIÇOS PÚBLICOS	731
5.6. Presença de cláusulas exorbitantes	697	1. Introdução.....	731
6. Das prerrogativas da administração – art. 104	697	2. Titularidade e forma de prestação	734
6.1. Alteração unilateral – art. 124.....	698	3. Competência para prestação dos serviços públicos.....	735
6.2. Extinção unilateral.....	700	4. Conceito de serviço público	736
6.3. Fiscalização	701	4.1. Conclusões sobre o conceito de serviço público	739
6.4. Aplicação das penalidades – art. 155.....	704	5. Empresas estatais e os serviços públicos	740
6.4.1. Reabilitação (voltar a licitar e contratar).....	706	6. Serviço público e poder de polícia	740
6.4.2. Rito para aplicação das sanções	708	7. Classificação dos serviços públicos.....	741
6.4.3. Desconsideração da personalidade jurídica	709	8. Responsabilidade das concessionárias de serviço público	742
7. Anulação	709	9. Princípios do serviço público.....	743
8. Retomada do objeto.....	710	10. Exigência de licitação	746
9. Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	710	11. Concessão e permissão de serviços públicos	749
10. Garantias – art. 96.....	711	11.1. Espécies de concessão	752
11. Cláusula de retomada em contratos de obras e serviços de engenharia – art. 102	713	11.1.1. Cláusulas essenciais dos contratos de concessão.....	753
12. Da alocação de riscos – art. 103.....	713	11.1.2. Mecanismos privados para resolução de disputas.....	754
13. Da execução dos contratos – art. 115	715	11.1.3. Dos encargos do poder concedente.....	754
13.1. Prorrogação automática da execução	717	11.1.4. Direitos e obrigações dos usuários	755
14. Do recebimento do objeto do contrato – art. 140.....	717	11.1.5. Dos encargos da concessionária	756
15. Extinção dos contratos – art. 137.....	718	11.1.6. Política tarifária	756
16. Dos pagamentos – art. 141	720	11.1.7. Subconcessão	758
16.1. Remuneração variável – art. 144	721	11.1.8. Da intervenção	759
16.2. Pagamento antecipado – art. 145..	722	11.1.9. Da extinção da concessão – art. 35	760
		12. Parceria público-privada	763
		12.1. Espécies	765
		12.2. Exigência de licitação	766
		12.3. Julgamento das propostas	767
		12.4. Lances em viva voz.....	767

12.5. Inversão de fases.....	767
12.6. Vedações.....	768
12.7. Das cláusulas contratuais.....	768
12.8. Formas de contraprestação ao parceiro privado.....	769
12.9. Das garantias.....	770
12.10. Sociedade de propósito específico	770
13. Autorização	771

ESTUDO AVANÇADO

14. Formas de prestação	772
15. Prestação de serviços públicos por meio de empresas estatais.....	773
15.1. ADPF nº 46 – o serviço postal (serviço público ou atividade econômica?)	774
16. Conceito de serviço público	777
17. Classificação dos serviços públicos.....	778
17.1. Serviços uti universi e concessão de serviço público.....	780
18. Política tarifária nas concessões.....	781
19. Extinção da concessão	782
20. Parceria Público-Privada.....	782
20.1. Equilíbrio econômico-financeiro e contratos de PPP	783
20.2. Garantias nas PPPs.....	784
21. Permissão de Serviço Público.....	784
22. Autorização de serviço público	785
23. Princípios do serviço público.....	786
24. Concessão – Competência legislativa.....	786
25. Lei nº 13.460/2017, De 26 de junho de 2017 – lei dos usuários dos serviços públicos	786
25.1. Introdução.....	786
25.2. Conceitos	787
25.3. Princípios.....	787
25.4. Dos direitos básicos e deveres dos usuários	788
25.4.1. Da Carta de Serviços.....	789
25.5. Dos deveres do usuário – art. 8º....	790
25.6. Das manifestações dos usuários de serviços públicos – art. 9º	790
25.7. Das ouvidorias	791
25.8. Dos Conselhos de Usuários	792
25.9. Da avaliação continuada dos serviços públicos	793

25.10. Disposições finais e transitórias ..	793
26. Prorrogação de prazo e relicitação em contratos de concessões de rodovias, ferrovias e de aeroportos federais	793
26.1. Introdução.....	793
26.2. Relicitação	794
26.3. Prorrogação antecipada.....	795

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

CAPÍTULO 11

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	803
1. Moralidade × probidade.....	803
2. Ação de improbidade × ação popular	804
3. O Ministério Público.....	805
4. Constitucionalidade da ação de improbidade	805
5. Alterações provocadas com a lei nº 14.230/21	806
6. Fundamento constitucional	809
7. Regulamentação e sanções previstas na LIA	814
7.1. Abrangência da sanção de proibição de contratar com o poder público	816
7.2. Abrangência da sanção de perda da função pública	816
7.3. Execução das penas.....	817
7.4. Retroatividade da reforma da lei de improbidade administrativa (Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021)	818
7.4.1. Introdução.....	818
7.4.2. Princípios do direito (administrativo) sancionador no Brasil e no exterior	819
7.4.2.1. Direito Estrangeiro.....	820
7.4.2.1.1. Portugal.....	820
7.4.2.1.2. Itália.....	821
7.4.2.1.3. França.....	822
7.4.2.1.4. Espanha.....	822
7.4.2.1.5. Argentina.....	824
7.4.2.1.6. Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	825

7.4.2.1.7. Conclusões sobre a análise do Direito estrangeiro.....	825	12.2.5. Defesa pela assessoria jurídica	855
7.4.2.2. Direito Brasileiro.....	826	13. Sentença da ação de improbidade	856
7.4.2.2.1. Especificamente o princípio da retroatividade da lei sancionadora benéfica ao administrado: estado da arte.....	826	13.1. Unificação de sanções	856
7.4.2.2.2.A “interpretação autêntica” da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal: a retroatividade das novas regras de improbidade.....	828	13.2. Aplicabilidade das sanções	857
7.4.2.3. Síntese conclusiva.....	829	14. Prescrição.....	858
7.4.3. Reforma da lei de improbidade administrativa: o que retroage e o que não retroage (visão dos autores)	830	15. Da declaração de bens	861
7.4.4. Meios processuais de alegação da retroatividade	832	16. Das disposições penais.....	862
7.4.5. Conclusões	833		
8. Natureza da ação de improbidade	834	ESTUDO AVANÇADO	
9. Competência	835	1. Moralidade e probidade.....	863
10. Lei de improbidade e “agentes políticos”	836	2. Natureza das sanções previstas na lei de improbidade.....	863
11. Elementos do ato de improbidade.....	839	3. Lei nº 8.492/1992	863
11.1. Sujeito ativo	839	e competência legislativa	863
11.1.1. Pessoa jurídica sujeito ativo ..	841	4. Aplicação das sanções da lei de improbidade mediante processo administrativo.	864
11.1.2. Ação de improbidade e foro por prerrogativa de função....	841	5. Patrimônio público.....	865
11.2. Sujeito passivo	842	6. Atos meramente irregulares – qualificação como ato de improbidade	865
11.3. Ocorrência de ato de improbidade previsto nos arts. 9º, 10	843		
ou 11	843	JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
11.3.1. Elemento subjetivo.....	849	REVISÃO	
12. Do procedimento administrativo e do processo judicial.....	849	CAPÍTULO 12	
12.1. Representação	849	PROCESSO ADMINISTRATIVO	
12.1.1 Legitimidade.....	850	871	
12.1.2 Rito	851	1. Introdução.....	871
12.2. Transação, acordo ou conciliação (acordo de não persecução cível)...	853	2. Âmbito de aplicação.....	871
12.2.1. Legitimidade e requisitos	854	2.1. Aplicação aos entes federativos	873
12.2.2. Procedimento	854	2.2. Aplicação na Administração Direta e Indireta, Poder Legislativo e Judiciário.....	873
12.2.3. Oitiva do Tribunal de Contas	855	3. Princípios.....	874
12.2.4. Momento	855	3.1. Princípios implícitos.....	883
		4. Interessados	885
		5. Impedimento e suspeição	887
		6. Início do processo	888
		7. Da competência	889
		7.1. Delegação e avocação	889
		7.1.1. Características da delegação ..	890
		7.1.2. Avocação	891
		7.1.3. Diferenças e semelhanças entre delegação e avocação ..	892
		8. Desistência e extinção do processo.....	892

9. Da decisão coordenada	893
10. Recursos	893
10.1. Legitimados	895
10.2. Prazos	896
10.3. Agravamento (<i>reformatio in pejus</i>) ..	896

ESTUDO AVANÇADO

1. Processo e procedimento	897
----------------------------------	-----

REVISÃO

CAPÍTULO 13

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 901

1. O que é responsabilidade civil?	901
2. Classificação da responsabilidade civil	902
2.1. Classificação quanto à configuração: responsabilidade objetiva e subjetiva	902
2.2. Classificação quanto à conduta: responsabilidade comissiva e omissiva	904
2.3. Comparando	905
3. Evolução histórica da responsabilidade estatal: teorias	905
3.1. Teoria da irresponsabilidade do Estado	905
3.2. Teoria (civilista) da responsabilidade por atos de gestão	907
3.3. Teoria da culpa civil (teoria da responsabilidade subjetiva)	907
3.4. Teoria da culpa administrativa ou culpa do serviço ou culpa anônima (<i>faute du service</i>)	908
3.5. Teorias do risco	909
3.5.1. Teoria do risco integral	910
3.5.1.1. Responsabilidade por danos ambientais	912
3.5.2. Teoria do risco administrativo	913
3.6. Quadro comparativo entre as principais teorias da responsabilidade estatal	915
4. Responsabilidade civil do estado no direito brasileiro	915
4.1. Regra: responsabilidade objetiva (teoria do risco administrativo)	915
4.1.1. Pressupostos da responsabilidade do Estado	916

4.1.2. Saída de presos em datas comemorativas: “saidão”	925
4.2. Histórico da responsabilidade estatal no Brasil	927
5. Análise do art. 37, § 6º	928
5.1. Responsabilidade de concessionários e permissionários de serviços públicos	930
6. Estado como “garante”/situação propiciatória de dano	931
7. Hipóteses de exclusão da responsabilidade objetiva	934
7.1. Caso fortuito e força maior	934
7.2. Culpa exclusiva da vítima	936
7.2.1. Como os tribunais vêm analisando o tema	938
8. Responsabilidade por ato lícito	938
8.1. Como os tribunais vêm analisando o tema	939
9. Responsabilidade subjetiva por ato omissivo: <i>faute du service</i>	939
9.1. Como os tribunais vêm analisando o tema	941
10. Quadro-resumo das teorias sobre a responsabilidade civil do estado admitidas no Brasil	942
11. Responsabilidade civil por atos não administrativos	942
11.1. Responsabilidade por ato judicial ..	942
11.1.1. Indenização em razão de prisão preventiva	945
11.2. Responsabilidade por atos legislativos	946
12. Danos de obra pública	948
13. Cobrança judicial do dano e ação regressiva	949
13.1. Responsabilidade do agente público ..	949
13.2. Ação regressiva: legitimidade passiva ..	950
13.3. Ação regressiva: denúncia à lide ..	951
14. Prescrição	953

ESTUDO AVANÇADO

1. Teorias – evolução	954
1.1. Omissão genérica e específica	954
2. Teoria do risco integral	955
3. Responsabilidade de outras entidades ...	958

4. Danos causados por notários (tabeliães) e oficiais de registro	958	6.1. Fonte normativa	977
5. Excludentes	958	6.2. Objeto.....	978
6. Concausas	959	6.3. Natureza jurídica	979
7. Responsabilidade na omissão	959	6.4. Espécies.....	979
8. O dano passível de indenização	960	6.5. Desfazimento.....	979
9. Responsabilidade por atos do Poder Judiciário	960	6.6. Efeitos.....	979
10. Responsabilidade por omissão legislativa....	961	6.7. Controle.....	980
11. Ação regressiva: legitimidade passiva	961	7. Desapropriação	981
12. Ação regressiva: denúncia à lide.....	962	7.1. Fundamentos da desapropriação... ..	981
13. Prescrição	963	7.2. Desapropriação por necessidade pública	982
14. É possível a aplicação da “teoria da perda de uma chance” diante do poder público?.....	964	7.3. Desapropriação por utilidade pública	982
		7.4. Desapropriação por interesse social	983
		7.5. Desapropriação-sanção ou confiscatória.....	984
		7.6. Competência	984
		7.7. Sujeitos ativos da desapropriação.. ..	985
		7.8. Sujeitos passivos da desapropriação	985
		7.9. Bens desapropriáveis.....	986
		7.10. Destinação dos bens	986
		7.11. Procedimento de desapropriação.. ..	987
		7.11.1. Fase declaratória	987
		7.11.2. Fase executória.....	989
		7.11.3. Contestação.....	990
		7.11.4. Imissão provisória na posse... ..	990
		7.12. Indenização	992
		7.12.1. Indenização mediante títulos da dívida agrária e títulos da dívida pública	998
		7.13. Desapropriação indireta.....	998
		7.14. Desapropriação por zona	1001
		7.15. Direito de extensão.....	1001
		7.16. Tredestinação.....	1001
		7.17. Retrocessão.....	1002
		7.18. Espécies de desapropriação.....	1003
		7.18.1. Desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária	1003
		7.18.1.1. Pequena e média propriedade rural.....	1004
		7.18.1.2. Princípio da saisine	1006
		7.18.1.3. Propriedade produtiva	1007
		7.18.1.4. Indenização	1009

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

CAPÍTULO 14

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	971
1. Introdução	971
1.1. Competência	972
1.2. Fundamentos.....	972
1.3. Modalidades.....	972
2. Servidão administrativa.....	972
2.1. Objeto.....	973
2.2. Formas de instituição	973
2.3. Extinção	973
2.4. Indenização	973
2.5. Características	974
3. Requisição	974
3.1. Objeto e indenização.....	974
3.2. Instituição e extinção.....	975
3.3. Características	975
4. Ocupação temporária.....	975
4.1. Modalidades e indenização	975
4.2. Extinção	976
4.3. Características	976
5. Limitações administrativas	976
5.1. Indenização	977
5.2. Características	977
6. Tombamento	977

- 7.18.1.5. Procedimento judicial 1010
- 7.18.2. Desapropriação por interesse social – desapropriação urbanística 1011
- 7.18.3. Desapropriação-sanção ou confiscatória 1013

ESTUDO AVANÇADO

1. Tombamento 1015
- 1.1. Tombamento – espécie de ato: discricionário ou vinculado 1015
- 1.2. Tombamento – espécie de servidão 1015
- 1.3. Instituição do tombamento 1016
2. Servidão 1016
- 2.1. Servidão – instituição 1016
- 2.2. Servidão – prescrição 1016
- 2.3. Servidão – indenização 1017
- 2.4. Servidão e limitação administrativa 1017
3. Desapropriação 1017
- 3.1. Intervenção do Ministério Público na desapropriação 1018
- 3.2. Bens desapropriáveis 1018
- 3.3. Fase declaratória 1018
- 3.4. Caducidade – desapropriação para fins de reforma agrária 1019
- 3.5. Fase executória 1019
- 3.6. Indenização 1020
- 3.7. Retrocessão – natureza jurídica (direito real ou pessoal) 1020
- 3.8. Retrocessão – prescrição 1021
- 3.9. Desapropriação indireta – prescrição 1022
- 3.10. Desapropriação por zona 1023

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

CAPÍTULO 15

- BENS PÚBLICOS 1029**
1. Introdução 1029
2. Classificação dos bens públicos 1029
- 2.1. Quanto à titularidade 1030
- 2.2. Quanto à natureza/destinação 1032

3. Características dos bens públicos 1035
- 3.1. Inalienabilidade 1035
- 3.2. Impenhorabilidade 1035
- 3.3. Imprescritibilidade 1036
- 3.4. Impossibilidade de oneração 1036
4. Uso dos bens públicos por particular 1037
- 4.1. Espécies de uso 1037
- 4.2. Uso de “bens públicos afetados” por particular 1038
- 4.2.1. Autorização de uso 1039
- 4.2.2. Permissão de uso 1040
- 4.2.3. Concessão de uso 1040
- 4.3. Uso de “bens públicos não afetados” por particular 1041
- 4.3.1. Locação 1041
- 4.3.2. Arrendamento 1042
- 4.3.3. Enfitese ou aforamento 1042
- 4.3.4. Cessão de uso 1042
- 4.3.5. Concessão de direito real de uso 1043
5. Aquisição de bens pelo poder público 1044
6. Bens públicos em espécie 1045
- 6.1. Terrenos de marinha e seus acréscimos 1045
- 6.2. Terrenos reservados e seus acréscimos 1047
- 6.3. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios 1048
- 6.4. Faixa de fronteira 1049
- 6.5. Terras devolutas 1049
- 6.5.1. Ação discriminatória 1050

ESTUDO AVANÇADO

1. Conceito de bens públicos 1051
2. Afetação e desafetação 1052
3. Autorização e permissão 1053

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

CAPÍTULO 16

- CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO 1059**
1. Controle administrativo 1059
- 1.1. Espécies de controle 1059

1.1.1.	Quanto ao âmbito ou origem	1059	7.1.	Habeas corpus	1071
1.1.2.	Quanto ao momento	1060	7.1.1.	Considerações importantes	1072
1.1.3.	Quanto ao aspecto	1060	7.1.2.	Jurisprudências importantes	1073
1.1.4.	Quanto à amplitude	1061	7.2.	Habeas data	1074
1.2.	Parâmetros de controle (art. 70, ... caput)	1061	7.3.	Mandado de segurança	1075
1.3.	Sujeitos passíveis de controle	1061	7.3.1.	Jurisprudências importantes	1076
2.	Tribunal de contas da união	1062	7.3.2.	Mandado de segurança coletivo	1077
2.1.	Natureza jurídica	1062	7.4.	Mandado de injunção	1078
2.2.	Sede: Distrito Federal (art. 73, ... caput)	1062	7.4.1.	Posições do STF sobre o mandado de injunção	1080
2.3.	Autoadministração	1062	7.4.2.	A nova Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300, ... de 23.6.2016)	1082
2.4.	Alcance do controle ("jurisdição")	1062	7.5.	Ação popular	1084
2.5.	Composição: 9 Ministros (art. 73, ... caput)	1062	8.	Direito de petição e direito de certidão	1085
2.5.1.	Requisitos para escolha (§ 1º)	1062	ESTUDO AVANÇADO		
2.5.2.	Garantias, prerrogativas e impedimentos	1063	1.	Natureza jurídica do TCU	1085
2.5.3.	Escolha (§ 2º) dos Ministros do TCU	1063	2.	Registro de aposentadoria	1086
3.	TCU – atribuições	1063	3.	Accountability	1088
4.	Fiscalização no âmbito estadual e municipal	1069	JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA		
4.1.	Fiscalização contábil, orçamentária e financeira (art. 31)	1069	REVISÃO		
4.2.	Tabela comparativa das fiscalizações, nos diversos âmbitos federativos	1070	CAPÍTULO 17		
5.	Outras disposições sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária	1070	SÚMULAS 1093		
6.	Outros órgãos que também realizam a fiscalização contábil, financeira e orçamentária (rol meramente exemplificativo)	1070	1.	Súmulas vinculantes	1093
7.	Remédios constitucionais	1071	2.	Súmulas do STF	1093
			3.	Súmulas do STJ	1095
			BIBLIOGRAFIA 1099		